



**PROCESSO SELETIVO DE INGRESSO AO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DE
PREPARAÇÃO AO INGRESSO NA MAGISTRATURA CATARINENSE DA ESCOLA
SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – ESMESC**

EDITAL 031 /2021

INSTRUÇÕES GERAIS – LEITURA OBRIGATÓRIA

1. A Prova é composta por 60 (sessenta) questões objetivas da Prova Seletiva Objetiva - 1º Etapa e 3 (três) questões discursivas da Prova Seletiva Discursiva - 2º Etapa.
2. O aluno terá apenas **uma tentativa de resolução** das questões da prova.
3. A data de realização da prova será 04 de dezembro de 2021 (das 08h até as 11h30).
4. O tempo de realização da prova será de 3:30 horas. **ONLINE**, a prova deve ser iniciada e concluída nesse tempo. Após este período, o sistema fechará a atividade e somente o que foi respondido será enviado.
5. A segunda etapa da prova (prova discursiva) **somente será liberada após o candidato encerrar a primeira (prova objetiva)**, clicando em "**salvar tudo e enviar**" (encerrando assim a prova objetiva).
6. Não será admitido o uso de quaisquer outros materiais de consulta, mesmo que para rascunho, nem será permitida a comunicação com terceiros.
7. O resultado da avaliação, em nota, estará disponível no dia 04 de dezembro, após às 14h. Para visualizar o estudante deverá acessar este ambiente virtual e clicar, no menu à esquerda, no link Notas.
8. O gabarito com as respostas será publicado no portal da Esmesc, após às 14h do dia 04 de dezembro.
9. O período para a interposição de recursos à Prova Seletiva Objetiva - 1ª Etapa inicia em 04 de dezembro e termina no dia 06 de dezembro de 2021, às 15h. Os recursos deverão ser enviados para o e-mail: secretaria@esmesc.org.br.
10. O resultado final da primeira etapa será divulgado até o dia 07 de dezembro de 2021.
11. O resultado preliminar da segunda etapa estará disponível no dia 10 de dezembro de 2021.
12. O período para a interposição de recursos à Prova Seletiva Discursiva - 2ª Etapa, será de 10 a 12 de dezembro de 2021, às 15h. Os recursos deverão ser enviados para o e-mail: secretaria@esmesc.org.br.
13. Todos os recursos deverão ser encaminhados em formulário próprio disponível na página da Esmesc. Recursos apresentados em outros formulários não serão recebidos.

BOA PROVA!

Florianópolis, 04 de dezembro de 2021.



**PROCESSO SELETIVO DE INGRESSO AO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DE
PREPARAÇÃO AO INGRESSO NA MAGISTRATURA CATARINENSE DA ESCOLA
SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – ESMESC
PROVA DE INGRESSO NO MÓDULO III**

**Edital 031/2021
Prova Seletiva Objetiva – 1ª Etapa**

LÍNGUA PORTUGUESA

1. De acordo com a hifenização da nova ortografia da língua portuguesa, marque a única frase INCORRETA:

- a) O meu filho está cursando o pré-vestibular.
- b) As crianças gostam de usar o uniforme cor-de-rosa.
- c) Conheci muitos novos amigos no curso de pós-graduação.
- d) No dia a dia, estudamos para a aprendizagem significativa.
- e) **Escolhi a leitura de um livro de auto-ajuda.**

2. Assinale a alternativa que preenche CORRETAMENTE as lacunas:

- I. _____ foram a juízo?
- II. Estudo _____ quero passar no processo seletivo.
- III. Não entendo o _____ da negação.
- a) Porquê - por que – porquê.
- b) **Por que - porque – porquê.**
- c) Por que - porquê - por quê.
- d) Porquê - porque - por que.
- e) Por que – porque – porque.

3. Assinale a alternativa em que o uso da crase está CORRETO:

- a) Não sei se ela chegou à falar sobre esse assunto.
- b) Preciso conversar com você face à face.
- c) **Chegaremos a São Paulo às 7 horas.**
- d) Demorou à chegar.
- e) Vou a Itália.

4. Assinale, nas séries que se seguem, aquela em que pelo menos uma palavra apresenta ERRO no uso do hífen, conforme a nova ortografia:

- a) pan-americano / circum-navegação.
- b) bem-humorado / ex-presidente.
- c) vice-diretor / infraestrutura.
- d) cofundador / coautor.
- e) **bem-vindo / co-obrigação.**

5. De acordo com a acentuação na nova ortografia, assinale a alternativa CORRETA:

- a) “[...] **Ideias** são ecos, fumaça, sintomas.” (Rubem Alves).
- b) “[...] Se elas **tem** é porque a sua situação as exige. É necessário, então, que sua situação seja mudada, as fendas curadas, para que as ilusões desapareçam.” (Rubem Alves).
- c) “[...] Os adultos, de tanto **vê-las**, já não as **vêem** mais. As coisas – as mais maravilhosas – ficam banais.” (Rubem Alves).
- d) “[...] Para voar é preciso amar o vazio. Porque o **vôo** só acontece se houver o vazio. O vazio é



o espaço da liberdade, a ausência de certezas. (Rubem Alves).

e) “[...] O pensador e o cientista crêem numa ordem desconhecida. É difícil dizer qual deles sobrepuja o outro em sua devoção não racional.” (Rubem Alves).

6. Sobre o uso dos porquês, está CORRETA a frase:

- a) Porque ele estava preocupado com a pontuação?
- b) Sempre tem um por quê de não querer ser famoso.
- c) Não sei o porquê de ficar tão nervoso na prova oral do concurso.
- d) O estudante tinha razões para não explicar porquê desistiu de fazer a prova.
- e) Você entendeu agora porquê é importante ler bons textos?

7. Sobre colocação pronominal, assinale a INCORRETA:

- a) Deus te guie!
- b) Isso me faz lembrar dos tempos da escola.
- c) Ambos se encontraram para estudar Sentença Penal.
- d) Em tratando-se de religião, cada pessoa possui a sua crença.
- e) A procuração não se aplica neste caso.

8. De acordo com o uso da vírgula, marque a única frase INCORRETA:

- a) Brasília, 2 de dezembro de 2021.
- b) O juiz mudou o plano de sua viagem de estudos.
- c) Carlos, amigo do meu pai, inaugurou um novo escritório.
- d) Estudantes dos vários módulos, participarão do processo seletivo.
- e) Eu estou estudando inglês, mas ainda não terminei de fazer a lição.

9. Marque a alternativa em que o pronome está empregado de modo INCORRETO:

- a) Tem-se como primeira corrente a que se orienta pela não aplicabilidade do princípio da anterioridade à lei que revogue um benefício fiscal.
- b) Não se pode permitir a distorção da democracia representativa.
- c) Ademais, se não pode-se o mais (aumento pela reincidência), não pode-se o menos (aumento por maus antecedentes).
- d) Jugou-se oportuno relembrar o pensamento de Daniel Sarmiento.
- e) Vislumbra-se tendência na jurisprudência tradicional de seguir a posição de que a revogação da isenção não cria nova obrigação tributária.

10. Assinale o período INCORRETO quanto ao uso dos porquês:

- a) Por quê tudo é tão difícil de ser concluído?
- b) Não conseguiu explicar o porquê de seu ato.
- c) Não encontrou justificativa do porquê de sua ausência.
- d) Por que você não explicou o real motivo de sua falta?
- e) No dia a dia nem sempre é fácil explicar o porquê de não ter conseguido estar presente.

DIREITO CIVIL

11. São pessoas jurídicas de direito privado, de acordo com o Código Civil, exceto:

- a) Associações.
- b) Partidos políticos.
- c) Organizações religiosas.
- d) Fundações.
- e) União.



12. Sobre a disciplina jurídica dos bens públicos, assinale a alternativa correta:

- a) Os bens públicos estão sujeitos a usucapião.
- b) Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são sempre inalienáveis.
- c) O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou retribuído, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem.**
- d) Os bens públicos dominicais não podem ser alienados.
- e) São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno, bem assim todos os outros, seja qual for a pessoa a que pertencerem.

13. É nulo o negócio jurídico, exceto quando:

- a) For ilícito, impossível ou indeterminável o seu objeto.
- b) Não revestir a forma prescrita em lei.
- c) Tiver por objetivo fraudar lei imperativa.
- d) A lei taxativamente o declarar nulo, ou proibir-lhe a prática, sem cominar sanção.
- e) For praticado com erro concernente à identidade ou à qualidade essencial da pessoa a quem se refira a declaração de vontade, desde que tenha influído nesta de modo relevante.**

14. De acordo com o Código Civil, é incorreto afirmar:

- a) O negócio anulável pode ser confirmado pelas partes.
- b) Quando a lei dispuser que determinado ato é anulável, sem estabelecer prazo para pleitear-se a anulação, será este de dois anos, a contar da data para conclusão do ato.
- c) O menor, entre 16 e 18 anos, não pode para eximir-se de uma obrigação invocar a sua idade, se dolosamente a ocultou, quando inquirido pela outra parte ou se, no ato de obrigar-se, declarou-se maior.
- d) O menor, com idade entre 16 e 18 anos de idade poderá ser emancipado, fazendo-se necessária a homologação judicial da concessão feita pelos pais.**
- e) Os imóveis do ausente só se poderão alienar, não sendo por desapropriação, ou hipotecar, quando o ordene o juiz, para lhes evitar a ruína.

15. São causas de exclusão de ilicitude:

- a) Legítima defesa, erro substancial e estado de necessidade.
- b) Legítima defesa, estado de necessidade e dolo bilateral.
- c) Legítima defesa, exercício regular de direito reconhecido e estado de necessidade.**
- d) Exercício regular de direito reconhecido, estado de necessidade e dolo bilateral.
- e) Exercício regular de direito reconhecido, estado de necessidade e erro substancial.

16. O companheiro, na concorrência com descendentes do *de cujus* quanto aos bens onerosamente adquiridos na vigência da união estável, fará jus:

- a) ½ do que couber ao colateral.
- b) 1/3 daquela herança.
- c) ¼ daquela herança.
- d) Quota equivalente ao que, legalmente, couber ao colateral.
- e) Não possui direito à sucessão desses bens.**

17. Caracteriza a responsabilidade objetiva a ausência de:



- a) Culpa do agente.
- b) Nexo de causalidade.
- c) Dano.
- d) Estado de necessidade.
- e) Legítima defesa.

18. A pretensão de reparação civil, de acordo com o Código Civil, prescreve em:

- a) 05 anos.
- b) 02 anos.
- c) 10 anos.
- d) 03 anos.
- e) 20 anos

19. De acordo com o Código Civil, assinale a alternativa correta:

- a) O Código Civil exige autorização do outro cônjuge para venda de bens imóveis em qualquer regime de bens.
- b) Apenas é possível nomear testamenteiro em testamento público.
- c) O Código Civil não permite que se realize testamento holografo.
- d) Na linha colateral, se apenas concorrerem tios e sobrinhos aos bens do falecido, que não é casado, nem deixa pais e filhos, os sobrinhos serão chamados à sucessão.
- e) O testamento cerrado poderá ser aberto pelo inventariante.

20. Com relação ao pagamento das obrigações, assinale a alternativa correta:

- a) O pagamento reiteradamente feito em outro local não faz presumir renúncia do credor relativamente ao previsto no contrato.
- b) Designado dois ou mais lugares, cabe ao devedor escolher entre eles.
- c) Nas obrigações periódicas a quitação da última parcela gera a presunção absoluta do pagamento das anteriores.
- d) São requisitos do pagamento: a voluntariedade do pagamento, a exatidão do pagamento e a observância dos deveres resultantes da boa-fé subjetiva.
- e) Em ocorrendo enchente no local designado para o pagamento, poderá o devedor fazê-lo em outro, sem prejuízo para o credor

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21. Relativamente ao disposto no art. 10 do CPC e à aplicação do princípio da não surpresa, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Segundo entendimento que prevaleceu no Superior Tribunal de Justiça, o "fundamento" ao qual se refere o artigo 10 do CPC/2015 é o fundamento jurídico - circunstância de fato qualificada pelo direito, em que se baseia a pretensão ou a defesa, ou que possa ter influência no julgamento, mesmo que superveniente ao ajuizamento da ação - não se confundindo com o fundamento legal (dispositivo de lei regente da matéria). Com isso, segundo o STJ, a aplicação do princípio da não surpresa, assim, não impõe ao julgador que informe previamente às partes quais os dispositivos legais passíveis de aplicação para o exame da causa;
- b) O "fundamento" ao qual se refere o artigo 10 do CPC/2015 é o fundamento jurídico - circunstância de fato qualificada pelo direito, em que se baseia a pretensão ou a defesa, ou que possa ter influência no julgamento, mesmo que superveniente ao ajuizamento da ação - não se confundindo com o fundamento legal (dispositivo de lei regente da matéria). Com isso, segundo o STJ, a aplicação do princípio da não surpresa, assim, impõe ao julgador que informe previamente às partes quais os dispositivos legais passíveis de aplicação para o exame da causa;



- c) O artigo 10 do CPC/15 não tem relação com o princípio da não surpresa;
- d) O disposto no artigo 10 do CPC/15 somente é aplicável se invocado pelas partes;
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

22. Relativamente ao laudo médico previsto no art. 750 do Código de Processo Civil e a interpretação do Superior Tribunal de Justiça a respeito, assinale a alternativa CORRETA:

- a) É indispensável em qualquer hipótese;
- b) **Pode ser dispensado na hipótese em que o interditando resiste em se submeter ao exame;**
- c) Fica a exclusivo critério da parte requerente apresentá-lo ou não;
- d) Somente deve ser apresentado se assim determinado pelo juiz;
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

23. Segundo diz o Código de Processo Civil, a citação será realizada, preferencialmente, por:

- a) Correio;
- b) SMS, *WhatsApp* etc.;
- c) Mandado;
- d) Edital;
- e) **Meio Eletrônico, consoante regulamento do CNJ.**

24. Acerca do instituto da denunciação da lide, é CORRETO afirmar:

- a) **Sendo realizada pelo réu, somente deve ser admitida quando o denunciado esteja obrigado, por força de lei ou do contrato, a garantir o resultado da demanda, não se admitindo a introdução de fundamento novo não constante da demanda originária;**
- b) Não há vedação legal à denunciação da lide nas lides consumeristas;
- c) Sendo realizada pelo réu, somente deve ser admitida quando o denunciado esteja obrigado, por força de lei ou do contrato, a garantir o resultado da demanda, admitindo-se a introdução de fundamento novo não constante da demanda originária;
- d) Nas hipóteses em que não seja cabível a denunciação da lide pode a parte optar pelo instituto do chamamento ao processo;
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

25. Considere as seguintes assertivas:

I - O crédito documentalmente comprovado, decorrente de despesas de condomínio, configura título executivo extrajudicial, sendo permitida a inclusão das parcelas vencidas na respectiva demanda de execução, desde que homogêneas, contínuas e da mesma natureza;

II - Os títulos executivos extrajudiciais oriundos de país estrangeiro não dependem de homologação para serem executados;

III - A existência de título executivo extrajudicial impede a parte de optar pelo processo de conhecimento, dada a ausência de interesse processual (utilidade/necessidade).

Com isso, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Está correto o que se afirma em I e III;



- b) Está correto o que se afirma em I, tão somente;
- c) Está correto o que se afirma em II e III, tão somente;
- d) Está correto o que se afirma em I, II e III;
- e) **Está correto o que se afirma em I e II, tão somente.**

26. O prazo para opor embargos de terceiro em caso de fraude à execução é:

- a) 10 dias;
- b) **15 dias;**
- c) 5 dias;
- d) 30 dias;
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

27. Em relação à demanda de procedimento especial de consignação em pagamento, é CORRETO afirmar:

- a) Emação consignatória, a insuficiência do depósito realizado pelo devedor conduz ao julgamento de improcedência parcial do pedido, na medida da quitação, pois o pagamento parcial da dívida não extingue totalmente o vínculo obrigacional;
- b) Em ação consignatória, a insuficiência do depósito realizado pelo devedor conduz ao julgamento de procedência parcial do pedido, na medida da quitação, pois o pagamento parcial da dívida não extingue totalmente o vínculo obrigacional;
- c) Em ação consignatória, a insuficiência do depósito realizado pelo devedor conduz ao julgamento de procedência do pedido, pois o pagamento parcial da dívida está amparado pela Teoria do Adimplemento Substancial;
- d) **Em ação consignatória, a insuficiência do depósito realizado pelo devedor conduz ao julgamento de improcedência do pedido, pois o pagamento parcial da dívida não extingue o vínculo obrigacional;**
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

28. Em relação à ação monitória enquanto demanda de procedimento especial, é CORRETO afirmar:

- a) Em ação monitória fundada em cheque prescrito, ajuizada em face do emitente, é indispensável menção ao negócio jurídico subjacente à emissão da cédula;
- b) Não cabe ação monitória com base em cheque prescrito, tendo em vista o disposto na Lei n. 7.357/85;
- c) **Em ação monitória fundada em cheque prescrito, ajuizada em face do emitente, é dispensável menção à *causa debendi*;**
- d) O prazo para ajuizamento de ação monitória em face do emitente de cheque sem força executiva é de seis meses, observada a praça de pagamento e a data de emissão estampada na cédula;
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

29. Relativamente às *astreintes*, é INCORRETO afirmar:

- a) É inadmissível a execução provisória de multa fixada por decisão interlocutória em antecipação dos efeitos da tutela, ainda que ocorra a sua confirmação por acórdão;
- b) A decisão que comina *astreintes* não preclui, não fazendo tampouco coisa julgada;
- c) A multa diária, devida desde o dia em que configurado o descumprimento, quando fixada em antecipação de tutela, somente poderá ser objeto de execução provisória após a sua



confirmação pela sentença de mérito e desde que o recurso eventualmente interposto não seja recebido com efeito suspensivo;

d) Desde que prováveis a existência da relação jurídica entre as partes e de documento ou coisa que se pretende seja exibido, apurada em contraditório prévio, poderá o juiz, após tentativa de busca e apreensão ou outra medida coercitiva, determinar sua exibição sob pena de multa com base no art. 400, parágrafo único, do CPC/2015;

e) **Nenhuma das alternativas anteriores.**

30. No que toca aos procedimentos previstos e admitidos segundo a Lei n. 9.099/95, é CORRETO afirmar:

a) Tendo a oposição (arts. 682/686 do CPC) deixado de ser modalidade de intervenção de terceiros, torna-se admissível o seu emprego perante os JEC, uma vez que não mais incidente a vedação do art. 10 da Lei n. 9.099/95;

b) A sentença proferida no âmbito da Lei n. 9.099/95 deverá observar fielmente os elementos previstos no art. 489 do CPC, sob pena de nulidade;

c) Nas hipóteses previstas no art. 3º da Lei n. 9.099/95 o exercício de ação perante o JEC é absoluto;

d) Constituindo os JEC microssistema, com princípios e procedimento próprios, os prazos são contados em dias corridos;

e) **Nos JEC não são admissíveis procedimentos especiais, à exceção daqueles previstos no art. 3º, III e IV, da Lei n. 9.099/95.**

DIREITO PENAL

31. Acerca do erro de tipo e do erro de proibição, considere as seguintes afirmativas:

I. O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposos, se previsto em lei.

II. É isento de pena quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima. Não há isenção de pena quando o erro deriva de culpa e o fato é punível como crime culposos.

III. O desconhecimento da lei é inescusável. O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, isenta de pena; se evitável, poderá diminuí-la de um sexto a um terço.

IV. Considera-se evitável o erro se o agente atua ou se omite sem a consciência da ilicitude do fato, quando lhe era possível, nas circunstâncias, ter ou atingir essa consciência.

Assinale a alternativa correta.

a) Somente a alternativa I está correta;

b) Somente a alternativa II está correta;

c) Somente a alternativa III está correta;

d) Somente a alternativa IV está correta;

e) **Todas as alternativas estão corretas.**

32. Sobre a suspensão condicional da pena, considere as seguintes afirmativas:

I. A cobrança da multa pode efetuar-se mediante desconto no vencimento ou salário do condenado quando for concedida a suspensão condicional da pena.

II. A execução da pena privativa de liberdade, não superior a 2 (dois) anos, poderá ser suspensa por até 2 (dois) anos.

III. A suspensão se estende às penas restritivas de direitos, bem como à multa.

IV. A condenação anterior a pena de multa impede a concessão do benefício.

Alternativas



- a) Somente a alternativa I está correta;
- b) Somente a alternativa II está correta;
- c) Somente a alternativa III está correta;
- d) Somente a alternativa IV está correta;
- e) Todas as alternativas estão incorretas.

33. Segundo a Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/06), são formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I. a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II. a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação

III. a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV. a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V. a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

Assinale a alternativa correta.

- a) Todas as alternativas estão corretas;
- b) Somente a alternativa I e II estão corretas;
- c) Somente a alternativa I, II e III estão corretas;
- d) Somente a alternativa IV está incorreta;
- e) Somente a alternativa I, III e V estão corretas;

34. Julgue as alternativas a seguir:

I. Concussão: Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.

II. Corrupção passiva: Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.

III. Prevaricação: Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.

IV. Peculato: Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.

Alternativas:

- a) Todas as alternativas estão corretas;



- b) Somente a alternativa I e II estão corretas;
- c) Somente a alternativa III e IV estão corretas;**
- d) Somente a alternativa IV está correta;
- e) Somente a alternativa I, III e IV estão corretas;

35. Julgue as alternativas a seguir:

- I. Considera-se furto qualificado, se o crime é praticado com destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa.
- II. O crime de furto tem a pena aumentada se praticado por funcionário público.
- III. O delito de estelionato mediante fraude eletrônica é punido com pena de 4 a 8 anos.
- IV. O delito de estelionato cometido contra idoso ou vulnerável tem a pena aumentada de um sexto a dois terços.

Alternativas

- a) Todas as alternativas estão corretas;
- b) Somente as alternativas I e II estão corretas;
- c) Somente as alternativas III e IV estão corretas;
- d) Somente as alternativas I e III estão corretas;**
- e) Somente as alternativas I e IV estão corretas;

36. Segundo o Código Penal, a conduta de subtrair o condômino, co-herdeiro ou sócio, para si ou para outrem, a quem legitimamente a detém, a coisa comum, constitui crime de:

- a) Roubo
- b) Furto qualificado
- c) Apropriação indébita
- d) Estelionato
- e) Furto de coisa comum**

RESPOSTA: E – art. 156.

37. Sobre cumprimento de pena, é correto afirmar que:

- a) A determinação do regime inicial de cumprimento de pena independe da análise das circunstâncias judiciais.
- b) A pena de detenção deve ser cumprida apenas no regime aberto.
- c) O condenado que cumpre pena no regime fechado pode ser autorizado a realizar trabalho externo em serviços ou obras públicas.**
- d) O condenado que cumpre a pena no regime fechado deve ficar isolado durante o repouso noturno e, durante o dia, deve trabalhar em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar.
- e) A prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas é aplicável às condenações inferiores a seis meses de privação da liberdade.

38. Sobre o arrependimento posterior:

- a) Ocorre quando, após iniciada a execução do crime, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente criminoso.
- b) Ocorre nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente.**
- c) Ocorre quando o agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados.
- d) Pode ocorrer em crime cometido com violência, desde que o agente se retrate até a sentença.



e) É causa obrigatória de diminuição de pena, admitindo-se a reparação do dano ou a restituição da coisa até o trânsito em julgado da ação penal.

39. Segundo o Código Penal, é causa excludente de ilicitude, exceto:

- a) legítima defesa;
- b) **desistência voluntária;**
- c) estado de necessidade;
- d) estrito cumprimento de dever legal;
- e) exercício regular de direito.

RESPOSTA: B (Artigo 23 do CP).

40. Segundo a Lei de Execuções Penais, julgue a assertiva correta:

- a) É permitido, desde que justificadamente fundamentado, o emprego de cela escura e sanções coletivas;
- b) A legislação estadual pode especificar faltas leves, médias e graves, estas, de forma concorrente com a Lei 7.210/84.
- c) O isolamento em cela é sanção disciplinar possível dentro do rol de sanções disciplinares previstas na Lei de Execuções Penais, mas sempre precedido de ordem judicial.
- d) O poder disciplinar, na execução da pena privativa de liberdade, é competência do Juiz da Execução Penal, com auxílio da autoridade penitenciária e do Conselho da Comunidade.
- e) **O Patronato, considerado Órgão da Execução Penal, pode ser público ou particular e destina-se a prestar assistência aos albergados e aos egressos.**

RESPOSTA: E (art. 78, LEP)

DIREITO PROCESSUAL PENAL

41. Não impede a suspensão condicional do processo:

- a) estar sendo processado por outro crime;
- b) **estar sendo processado por outra contravenção penal;**
- c) ter sido beneficiado nos últimos cinco anos com a mesma benesse;
- d) não preencher os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena;
- e) ser acusado, no processo em que se pretende o benefício, por crime único com pena mínima cominada igual ou inferior a três anos.

42 Sobre a prisão em flagrante em crimes de menor potencial ofensivo, é correto afirmar:

- a) é vedada em toda e qualquer hipótese;
- b) é permitida em toda e qualquer hipótese;
- c) é permitida desde que existente representação da vítima;
- d) é permitida desde que reincidente o autor do fato;
- e) **é permitida nos casos em que o autor do fato, após a lavratura do termo, não seja imediatamente encaminhado ao juizado e recuse a assunção do compromisso de a ele comparecer.**

43 Sobre os princípios que orientam os juizados especiais criminais, não se inclui:

- a) **formalidade;**
- b) oralidade;
- c) simplicidade;
- d) economia processual;
- e) celeridade.



44 Dentre as hipóteses legais de realização do interrogatório de réu preso por videoconferência, **não** se inclui:

- a) prevenir risco à segurança pública, quando exista fundada suspeita de que o preso integre organização criminosa ou de que, por outra razão, possa fugir durante o deslocamento;
- b) viabilizar a participação do réu no referido ato processual, quando haja relevante dificuldade para seu comparecimento em juízo, por enfermidade ou outra circunstância pessoal;
- c) **otimizar a realização do ato, quando a dimensão da pauta de audiências da unidade assim recomendar;**
- d) impedir a influência do réu no ânimo de testemunha ou da vítima, desde que não seja possível colher o depoimento destas por videoconferência;
- e) responder à gravíssima questão de ordem pública.

45 Sobre a condução coercitiva do acusado no direito processual penal, é correto afirmar:

- a) é possível em qualquer hipótese, desde que por decisão judicial fundamentada;
- b) é possível, por decisão judicial fundamentada, se o acusado não atender à intimação para o interrogatório, reconhecimento ou qualquer outro ato que, sem ele, não possa ser realizado;
- c) foi declarada inconstitucional em toda e qualquer hipótese pelo Supremo Tribunal Federal;
- d) **foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, quando realizada para o interrogatório;**
- e) pode ser determinada na fase indiciária, inclusive, pelo Delegado de Polícia, enquanto presidente do inquérito policial, com amparo na teoria dos poderes implícitos.

46 Sobre o indiciamento no direito processual penal, é **correto** afirmar:

- a) é ato administrativo complexo, que se inicia pelo Delegado de Polícia, mas é concluído pelo Ministério Público, e que dispensa fundamentação, por não se submeter aos requisitos de validade da decisão judicial;
- b) é ato administrativo complexo, que se inicia pelo Delegado de Polícia, mas é concluído pelo Ministério Público, e nele cabe à autoridade policial a exclusiva análise dos fatos, para depois ser concluído mediante enquadramento jurídico pelo Ministério Público;
- c) **é ato privativo do Delegado de Polícia, e ocorrerá por ato fundamentado, mediante análise técnico-jurídica do fato, que deverá indicar a autoria, materialidade e circunstâncias;**
- d) é ato privativo do Delegado de Polícia, e ocorrerá por ato fundamentado, mediante exclusiva análise dos fatos, dispensado o enquadramento jurídico, sob pena de se imiscuir na atividade acusatória do Ministério Público;
- e) é ato privativo do Delegado de Polícia, mas dispensa fundamentação, por não se submeter aos requisitos de validade da decisão judicial.

47 Sobre o desaforamento do julgamento pelo júri popular, é incorreto afirmar:

- a) **a decisão que determina o desaforamento dispensa oitiva da defesa;**
- b) a decisão que determina o desaforamento exige oitiva do juiz, quando não for ele o solicitante da medida;
- c) pode ser fundamentado na dúvida sobre a segurança pessoal do acusado;
- d) mediante decisão fundamentada, sendo relevantes os motivos, o relator poderá conceder liminar para suspender o julgamento;
- e) pode ser determinado em razão do comprovado excesso de serviço, se o julgamento não puder ser realizado em prazo de até 6 (seis) meses, a partir do trânsito em julgado da decisão de pronúncia.

48. Sobre a oitiva de corréu que venha a ser arrolado como testemunha pela acusação ou



pela defesa, é correto afirmar:

- a) deve sempre ser deferida pelo juiz, sob pena de cerceamento do direito à prova, seja do órgão acusador, seja da defesa;
- b) deve ser criteriosamente analisada e deferida pelo juiz mediante decisão fundamentada, quando julgar necessário à instrução processual;
- c) deve sempre ser indeferida pelo juiz;**
- d) deve ser indeferida pelo juiz, exceto quando se trata de corréu beneficiado com a suspensão condicional do processo;
- e) deve ser indeferida pelo juiz, exceto quando se trata de crime cometido em concurso de agentes com adolescente, que assim não responde criminalmente pelos seus atos.

49 Sobre a fiança, é incorreto afirmar:

- a) poderá ser prestada em pedras, objetos ou metais preciosos;
- b) poderá ser prestada em títulos da dívida pública federal, estadual ou municipal;
- c) poderá ser prestada em cheque;**
- d) poderá ser prestada em hipoteca inscrita em primeiro lugar;
- e) poderá ser prestada em dinheiro.

50. Dentre as medidas protetivas de urgência que obrigam o agressor imputável em casos de violência doméstica, previstas na legislação específica, não se inclui:

- a) suspensão da posse ou restrição do porte de armas;
- b) prestação de alimentos provisionais ou provisórios;
- c) comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação;
- d) internação compulsória do agressor em clínica psiquiátrica, por prazo determinado;**
- e) acompanhamento psicossocial do agressor, por meio de atendimento individual e/ou em grupo de apoio.

DIREITO CONSTITUCIONAL

51. Em relação ao controle difuso de constitucionalidade, assinale a alternativa correta:

- a) A decisão em controle difuso produz efeitos inter parte e erga omnes.
- b) Somente por 2/3 dos membros os tribunais podem declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo questionado em sede de controle difuso.
- c) O controle difuso permite que, diante de processos objetivos, o juiz decida pela constitucionalidade da lei ou ato normativo questionado.
- d) somente o autor pode pedir, por meio de questão prejudicial, a declaração de inconstitucionalidade em controle difuso
- e) A decisão em controle difuso produz efeitos inter partes, devendo o STF, em casos que venha proferir decisão definitiva em sede de controle difuso, comunicar o Senado Federal para suspensão da lei ou ato normativo impugnado.**

52. As reformas constitucionais sempre provocam polêmicas, seja pelo elevado número de emendas constitucionais feitas a CF/88, seja pelo conteúdo de algumas propostas. Sobre o poder de reforma constitucional, assinale a alternativa correta:

- a) Em relação as propostas de emenda constitucional não vigora a iniciativa privativa do Presidente da República, como ocorre nos casos de projeto de lei, para emendas que tratem de modificar a administração pública.**
- b) Uma proposta de emenda constitucional pode ser questionada por meio de ação direta de inconstitucionalidade.
- c) A votação das propostas de emendas constitucionais sempre terá início na Câmara dos



Deputados.

- d) A proposta de emenda rejeitada pode ser objeto de nova apreciação, na mesma sessão legislativa, por meio de requerimento da maioria absoluta dos membros do congresso Nacional
- e) O presidente da república pode vetar, no todo ou em parte, a proposta de emenda constitucional que considerar como contrária ao interesse público.

53. O quórum para admissibilidade do processo de impeachment do Presidente da República na Câmara dos Deputados é de:

- a) maioria simples
- b) maioria relativa
- c) 3/5
- d) 2/3**
- e) maioria absoluta

54. A democracia é um dos pilares centrais da Constituição de 1988. Em relação ao plebiscito e referendo, assinale a alternativa correta:

- I- O plebiscito e o referendo representam formas de exercício da democracia representativa.
- II- O plebiscito sempre é prévio e serve para consultar o eleitorado sobre ato legislativo ou administrativo que será adotado, enquanto o referendo serve para consultar o eleitorado sobre a concordância ou discordância em relação a um ato legislativo ou administrativo já previsto.
- III- A decisão tomada no plebiscito para criação de novos Estados vincula o poder legislativo e o poder executivo.

Com base nos enunciados, está(ão) correta(s)

- a) apenas a alternativa I está correta
- b) apenas a alternativa II está correta**
- c) apenas a alternativa I e III estão corretas.
- d) apenas as alternativas I e II estão corretas.
- e) apenas a alternativa III está correta

55. Os direitos fundamentais representam uma das bases da CF/88. Com base na previsão constitucional e posição jurisprudencial dos direitos fundamentais, assinale a alternativa correta:

- a) O conceito da expressão casa, previsto no art. 5º., XI, da CF/88, entende que apenas o local de residência fixa pode ser entendido como protegido.
- b) Pessoas jurídicas não podem ser titulares do direito de liberdade de expressão.
- c) As associações podem ser compulsoriamente dissolvidas por meio de decreto editado pelo chefe do poder executivo.
- d) O STF entendeu que é incompatível com a Constituição Federal a ideia de um direito ao esquecimento, assim entendido como o poder de obstar, em razão da passagem do tempo, a divulgação de fatos ou dados verídicos e lícitamente obtidos e publicados em meios de comunicação social – analógicos ou digitais.**
- e) Não é permitido que lei venha restringir o direito de liberdade profissional.

56. Em relação a previsão constitucional do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta:

- a) Brasileiros natos e naturalizados podem ser ministros do STF.
- b) O presidente do STF também exercerá as funções de presidente do CNJ e do TSE.
- c) Compete ao STF processar e julgar nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-**

**Geral da República.**

- d) compete ao STF processar e julgar os mandados de segurança e os *habeas data* contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio Tribunal.
- e) O indicado a ocupar uma vaga no STF, por decisão do presidente da república, deve ser sabatinado e aprovado pelo plenário do Congresso Nacional.

57. Em relação a ação direta de inconstitucionalidade por omissão, assinale a alternativa correta:

- a) Os legitimados universais, conforme jurisprudência do STF, são aqueles dispensados de atender a pertinência temática.
- b) O autor pode desistir de uma ADI até o momento em que for pautada para julgamento no plenário do STF.
- c) Leis ou atos normativos municipais podem ser questionados por meio de ADI perante o STF.
- d) A liminar em ADI tem efeitos extunc como regra, podendo ter efeitos ex nunc pela decisão de 2/3 dos membros do STF.
- e) As pessoas que podem se habilitar em uma audiência pública, que discute uma tema objeto de ADI no STF, são as mesmas que podem se habilitar como Amicus Curiae.

58. O preâmbulo da CF/88 sempre apresentou um importante debate doutrinário e jurisprudencial. Sobre o preâmbulo da CF/88, assinale a alternativa correta:

- a) Uma lei ordinária pode ser declarada inconstitucional por violar apenas o preâmbulo da Constituição Federal.
- b) O preâmbulo da CF/88 pode ser alterado por meio de emenda constitucional
- c) O preâmbulo da CF/88 representa um resumo do texto constitucional, principalmente no que se refere a organização do Estado.
- d) O preâmbulo da CF/88 é considerado uma norma de eficácia limitada de princípio programático.
- e) Segundo entendimento do STF o preâmbulo da CF/88 não possui valor normativo.

59. Um dos princípios das relações internacionais, positivado no art 4º. da CF/88 é:

- a) Dignidade da Pessoa Humana
- b) solução pacífica dos conflitos
- c) Liberdade
- d) Defesa do regime Democrático
- e) redução das desigualdades mundiais

60. Em relação ordem social, assinale a alternativa correta:

- a) A assistência a saúde será exclusivamente prestada pelo Poder Público.
- b) A assistência social será prestada a quem dela necessitar, dependentemente de contribuição à seguridade social estabelecida em lei.
- c) A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
- d) A previdência social é organizada sob a forma do Regime Geral de Previdência Social, de caráter contributivo e de filiação facultativa, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
- e) O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas quando houver violação a direitos fundamentais.